

Atvos Bioenergia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Atvos Bioenergia S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atvos Bioenergia S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atvos Bioenergia S.A. e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo

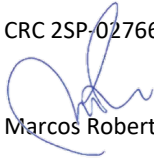
como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Atvos Bioenergia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2026	2025	2026	2025
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	5 (a)	18.970	16.290	793.850	676.678
Aplicações financeiras	5 (b)	-	-	5.843	5.199
Contas a receber de clientes	6	-	-	405.531	592.147
Estoques	7	-	-	1.070.506	1.136.040
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	435.858	771.161
Ativo biológico	8	-	-	745.858	901.860
Tributos a recuperar	9	1.095	1.061	519.541	355.601
Partes relacionadas	10 (a)	523	271	3	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	208	19.400
Outros créditos	11	782	1.851	458.019	40.184
Total do ativo circulante		21.370	19.473	4.435.217	4.498.270
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5 (b)	-	-	232.608	291.837
Contas a receber de clientes	6	-	-	897	1.795
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	514.607	399.190
Tributos a recuperar	9	5.228	6.524	366.194	251.447
Depósitos judiciais	25 (c)	64	61	29.445	29.298
Outros créditos	11	51	36	19.242	12.949
		5.343	6.621	1.162.993	986.516
Investimentos	12	5.079.388	5.103.912	87.046	67.880
Imobilizado	13	-	-	8.813.122	7.763.563
Direito de uso	15 (a)	-	-	2.695.026	2.990.747
Intangível	14	187.896	187.896	1.344.101	1.413.269
Total do ativo não circulante		5.272.627	5.298.429	14.102.288	13.221.975
Total do ativo		5.293.997	5.317.902	18.537.505	17.720.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atvos Bioenergia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2026	2025	2026	2025
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	16	47	-	705.424	576.042
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	16	58	20	2.142	2.334
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	7.333	13.186
Passivos de arrendamento	15 (b)	-	-	452.263	424.715
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	14.628	612
Salários e encargos	18	-	-	153.051	146.869
Tributos a recolher	19	10	27	44.361	41.574
Adiantamentos de clientes	20	-	-	54.445	65.546
Partes relacionadas	10 (a)	196	-	-	-
Outros débitos		227	226	1.013	1.101
Total do passivo circulante		538	273	1.434.660	1.271.979
Passivo não circulante					
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	16	1.646	1.495	2.266	2.338
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.804	8.979
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	17	-	-	6.115.052	5.093.121
Passivos de arrendamento	15 (b)	-	-	2.459.733	2.770.406
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	3
Tributos a recolher	19	1.767	1.631	123.521	87.711
Provisão para contingências	25 (a)	8.658	8.306	78.184	81.471
Imposto de renda diferido passivo	23 (a)	9	4	966.615	1.012.474
Partes relacionadas	10 (a)	266.930	266.930	-	-
Outros débitos		-	-	5.445	5.445
Total do passivo não circulante		279.010	278.366	9.752.620	9.061.948
Total do passivo		279.548	278.639	11.187.280	10.333.927
Patrimônio líquido					
	21				
Capital social		6.878.070	6.878.070	6.878.070	6.878.070
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.777.291)	(1.759.015)	(1.777.291)	(1.759.015)
Prejuízos acumulados		(86.330)	(79.792)	(86.330)	(79.792)
		5.014.449	5.039.263	5.014.449	5.039.263
Participação dos não controladores		-	-	2.335.776	2.347.055
Total do patrimônio líquido		5.014.449	5.039.263	7.350.225	7.386.318
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.293.997	5.317.902	18.537.505	17.720.245

¹ Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atvos Bioenergia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receitas	26	-	-	7.704.245	7.296.176
Custo dos produtos e serviços vendidos	27	-	-	(6.206.298)	(5.439.381)
Lucro bruto		-	-	1.497.947	1.856.795
Despesas com vendas	27	-	-	(21.787)	(12.375)
Receitas (despesas) administrativas e gerais, líquidas	27	(315)	-	(407.908)	(458.611)
Resultado de participações societárias	12	(6.249)	(105.115)	9.166	8.347
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(431)	799	37.981	(301.430)
(Prejuízo) lucro operacional antes resultado financeiro		(6.995)	(104.316)	1.115.399	1.092.726
Receitas financeiras	29	2.897	3.016	250.391	209.191
Despesas financeiras	29	(2.435)	(13.064)	(1.486.043)	(1.167.803)
Variações cambiais, líquidas	29	-	(1)	71.507	(47.256)
Resultado financeiro, líquido		462	(10.049)	(1.164.145)	(1.005.868)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.533)	(114.365)	(48.746)	86.858
Imposto de renda e contribuição social correntes	23 (c)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 (c)	(5)	(4)	39.334	(249.564)
Prejuízo do exercício		<u>(6.538)</u>	<u>(114.369)</u>	<u>(9.412)</u>	<u>(162.706)</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(6.538)	(114.369)
Participação dos não controladores				<u>(2.874)</u>	<u>(48.337)</u>
				(9.412)	(162.706)
(Prejuízo) básico e diluído por ação - em Reais	21 (f)			<u>(0,001)</u>	<u>(0,025)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atvos Bioenergia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Prejuízo do exercício		(6.538)	(114.369)	(9.412)	(162.706)
Outros resultados abrangentes:					
Valores a serem posteriormente reconhecidos no resultado financeiro:					
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	31.1(d)	(22.746)	14.670	(33.205)	21.417
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> e outros	31.1(d)	4.470	(4.512)	6.525	(6.588)
Resultado abrangente do exercício		<u>(24.814)</u>	<u>(104.211)</u>	<u>(36.092)</u>	<u>(147.877)</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(24.814)	(104.211)
Participação dos não controladores				<u>(11.278)</u>	<u>(43.666)</u>
				<u>(36.092)</u>	<u>(147.877)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atvos Bioenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores da Companhia								
	Ajuste de avaliação patrimonial								
Nota	Capital social	Reserv a legal	Reserva de retenção de lucros	Transações com acionistas	Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2024	6.878.070	1.729	32.848	(1.767.364)	(1.809)	-	5.143.474	2.390.721	7.534.195
Resultados abrangentes:									
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> (i)	31.1(d)	-	-	-	10.158	-	10.158	4.671	14.829
Prejuízo do exercício	12(b)(iii)	-	-	-	-	(114.369)	(114.369)	(48.337)	(162.706)
Compensação do prejuízo com a reserva de lucros	21 (d)	-	(1.729)	(32.848)	-	34.577	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	<u>6.878.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.767.364)</u>	<u>8.349</u>	<u>(79.792)</u>	<u>5.039.263</u>	<u>2.347.055</u>	<u>7.386.318</u>
Resultados abrangentes:									
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> (i)	31.1(d)	-	-	-	(18.276)	-	(18.276)	(8.405)	(26.681)
Prejuízo do exercício	12(b)(iii)	-	-	-	-	(6.538)	(6.538)	(2.874)	(9.412)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>6.878.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.767.364)</u>	<u>(9.927)</u>	<u>(86.330)</u>	<u>5.014.449</u>	<u>2.335.776</u>	<u>7.350.225</u>

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de *hedge accounting* e efeitos de instrumentos derivativos contratados pelas controladas da Companhia, conforme Notas 3.2(E) e 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atvos Bioenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(6.538)	(114.369)	(9.412)	(162.706)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	27	-	-	3.157.596	3.103.794
Varição no valor justo de ativos biológicos	27	-	-	22.000	(265.245)
Valor justo de CBIOs		-	-	(19.520)	27.946
Resultado de participações societárias	12	6.249	105.115	(9.166)	(8.347)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso baixados	13	-	-	14.370	199.174
Resultado de ativo intangível baixado	14	-	-	-	132.323
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	17	-	-	920.064	823.752
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	15(b)	-	-	340.410	314.667
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(32.552)	24.954
Provisão atualização de depósitos judiciais		(14)	(18)	(404)	(13.972)
Constituição de provisão para contingências, líquidas		374	(794)	(102)	6.383
Imposto de renda e contribuição social	23(c)	5	4	(39.334)	249.564
Provisão para perdas de crédito esperadas		-	-	1.122	850
Provisão para redução ao valor de realização		-	-	19.020	(17.946)
Perda estimada com realização de impostos		-	-	(264)	(232)
Amortização ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ	17	-	-	103.262	103.262
		76	(10.062)	4.467.090	4.518.221
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	186.392	(463.825)
Estoques e adiantamentos a fornecedores		-	-	(229.295)	(820.373)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(1)	18.584
Tributos a recuperar		1.262	(241)	(278.423)	(176.459)
Depósitos judiciais		11	(3)	(237)	11.559
Outros créditos		1.054	779	(418.821)	8.480
Fornecedores	32	236	(52)	32.769	15.043
Salários e encargos		-	-	6.182	(24.822)
Tributos a recolher		119	126	38.597	18.672
Provisão para contingências - liquidações		(22)	(2.548)	(3.185)	(56.270)
Adiantamento de clientes		-	-	(11.101)	48.241
Outros débitos		1	(1)	(88)	(6.379)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2.737	(12.002)	3.789.879	3.090.672
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	17	-	-	(1.873)	(5.458)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	32	-	-	(370.625)	(346.509)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2.737	(12.002)	3.417.381	2.738.705
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		-	-	58.585	(16.994)
Partes relacionadas		(57)	(2.234)	(3)	-
Investimento em outras sociedades	12	-	-	(10.000)	(3.684)
Aquisições do imobilizado	32	-	-	(1.179.445)	(1.146.800)
Aquisições do intangível	14	-	-	(7.179)	(49.712)
Novas plantações de ativos biológicos	32	-	-	(961.602)	(773.354)
Tratos culturais de ativo biológicos	8	-	-	(770.569)	(641.769)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		(57)	(2.234)	(2.870.213)	(2.632.313)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	32	-	-	(449.998)	(407.031)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	17	-	-	(12.550)	(14.538)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento		-	-	(462.548)	(421.569)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.680	(14.236)	84.620	(315.177)
Caixa e equivalentes de caixa					
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	32.552	(24.954)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		16.290	30.526	676.678	1.016.809
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		18.970	16.290	793.850	676.678
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.680	(14.236)	84.620	(315.177)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

- (a) A Atvos Bioenergia S.A. (“Atvos Bio”, “Companhia” ou “Controladora”) foi constituída em 1º de julho de 2020, em cumprimento ao previsto nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Atvos à época. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2020, foi realizado primeiro aporte, mediante a transferência da totalidade das ações da Atvos Agroindustrial Participações S.A. (“Atvos Par”), a valor de mercado, pela sua, até então, controladora direta, Atvos Agroindustrial S.A. A Companhia possui sede na Capital do Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em companhias que atuam no setor sucroenergético a partir da cana-de-açúcar e biomassa, com suas atividades no país ou no exterior diretamente ou através de suas subsidiárias operacionais.

A controladora direta da Companhia é a Soneva Energias Renováveis S.A. (“Soneva”), tendo como controlador final a Soneva Partners Participações Ltda. (“Soneva Partners”). A Companhia também possui em seu quadro de acionistas o MC Green Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP MC Green” ou “FIP MC Investidor”).

A Companhia, por intermédio de suas controladas indiretas, conjuntamente “Grupo Atvos”), possui 10 unidades operacionais (sendo que a Atvos Bioenergia Alcídia S.A. [“UAL” ou “Alcídia”] está atualmente hibernada e a Atvos Biometano Santa Luzia S.A. (“Biometano”) que encontra-se em fase pré-operacional, sendo as unidades nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, com capacidade de moagem instalada de 34,7 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 27,5 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2026 (25,8 milhões de toneladas, em 31 de março de 2025).

Em 26 de março de 2026, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da controlada direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A., a criação de nova filial, integrada à unidade de Santa Luzia, em Nova Alvorada do Sul, no estado do Mato Grosso do Sul, para a construção da primeira unidade de etanol de milho do Grupo Atvos. O projeto está alinhado à estratégia de diversificação e ampliação da produção de biocombustíveis, com capacidade inicial estimada para processar 642 mil toneladas de milho por ano. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2026, e a controlada já possui licença de instalação aprovada para a construção. A Companhia está avaliando alternativas para o financiamento do projeto, incluindo possíveis captações junto ao mercado financeiro. Caso tais operações não sejam contratadas, os investimentos previstos poderão ser realizados com recursos próprios, observadas as condições de liquidez e o planejamento financeiro do Grupo.

A Atvos Agroindustrial S.A., anterior controladora direta da Companhia, sua controlada direta, Atvos Agroindustrial Participações, e suas controladas indiretas Santa Luzia, Brenco, Alcídia, Pontal, Rio Claro, Eldorado e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e

clientes com quem a Companhia e suas controladas atuam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas.

Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas.

No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020.

Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023.

Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas notas explicativas nº 16 e 17.

Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, a qual substituirá gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS), tendo parte de sua implementação regulamentada em 16 de janeiro de 2025 pela Lei Complementar nº 214/2025.

A legislação complementar estabeleceu período de transição de 2026 a 2032, durante o qual os sistemas atual e novo coexistem. Em 2026, primeiro ano da transição, não há recolhimento de CBS e IBS e a apuração da alíquota teste é realizada apenas para fins informativos; a mudança efetiva da carga tributária inicia-se gradualmente a partir de 2027, com a introdução progressiva das alíquotas dos novos tributos e a redução escalonada dos tributos atuais, até a substituição integral prevista para 2033. Para o ano de 2026, a única exigência é o destaque informativo de CBS e IBS nas notas fiscais, requisito com o qual a Companhia está em conformidade. Ainda, definição de alíquotas, regimes setoriais aplicáveis ao agronegócio, regras de creditamento e parâmetros de transição ainda depende de regulamentação complementar.

A Companhia mantém monitoramento contínuo da regulamentação complementar e a avaliação dos potenciais impactos e serão refletidos nas demonstrações financeiras assim que forem publicadas normas definitivas que se apliquem às operações da Companhia. Consequentemente, não há qualquer efeito registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A emissão destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi aprovada pela Administração em 26 de junho de 2026.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão incluídas na seguinte nota explicativa: 12- Investimentos em sociedades controladas: determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 3.2(L) e 8.

Perda por *impairment* estimada do ágio e outros ativos

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 3.2(J) e 14.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação.

Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 25.

Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas. Para mais detalhes, vide Nota 15.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 31 - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis

3.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

3.2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de consolidação

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(ii) Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas direta e indiretas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, em 31 de março:

	Sede (País/UF)	2026	2025
Controlada direta			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par") (i)	Brasil/SP	68,50%	68,50%
Controladas indiretas			
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia") (i)	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco") (i)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("Alcídia") (i)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal") (i)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro") (i)	Brasil/GO	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. (i)	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP") (i)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Biometano Santa Luzia S.A. ("Biometano" ou "BSL")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Energia Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC" ou Fundo Atvos)	Brasil/SP	100,00%	100,00%

(i) Empresas em Recuperação Judicial até 18 de setembro de 2023, quando foi proferida decisão pelo encerramento dos processos de recuperação judicial pelo juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

As principais atividades das controladas direta e indiretas são:

- Atvos Par: tem como atividades principais a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar e a comercialização de etanol e açúcar VHP ("Very High Polarization"), além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa e créditos de descarbonização (CBIOs).
- Alcídia, Eldorado e Conquista do Pontal: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, açúcar VHP, além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa e CBIOs. Alcídia, atualmente hibernada, concentrava suas atividades na produção e venda de cana-de-açúcar.
- Pontal: tem por objeto social o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar VHP, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, podendo ainda participar em outras empresas. Atualmente encontra-se em fase não operacional.
- Brenco, Rio Claro e Santa Luzia: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa e CBIOs.
- Biometano: atualmente em fase pré-operacional. Terá como atividade a produção de Biometano, utilizando resíduos da produção de etanol para a formação do gás, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. Parte do Biometano produzido pela Empresa substituirá o diesel utilizado nas operações das unidades Santa Luzia, Eldorado e Conquista do Pontal.
- Fundo Atvos ("Fundo Atvos" ou "FIDC"): constituído em 25 de outubro de 2023, sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, tendo iniciado suas atividades em 15 de março de 2024, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aquisição de direitos creditórios elegíveis e de ativos financeiros, observado a alocação mínima estabelecida na regulamentação em vigor.

b. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

c. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. *Participação de acionistas não-controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

b. *Moeda estrangeira*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, “Juros passivos”, “Variação cambial passiva (ou ativa)” e “Variação monetária passiva (ou ativa)”. Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de “Receitas financeiras”, nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 29.

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

d. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia e suas controladas classificam e mensuram seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia e de suas controladas para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de “Receitas e despesas financeiras” na rubrica “Ajuste a valor de mercado” (Nota 29).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de “Outras despesas operacionais, líquidas” como “Ganhos e perdas de títulos de investimento”.

Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de “Receitas e despesas financeiras”, na rubrica “Outras receitas (despesas) financeiras”.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas avaliam no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira por suas controladas, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”. As controladas diretas da Companhia adotam a prática contábil de *hedge accounting*, podendo também, em algumas situações, os instrumentos de *hedge* serem contratados no contexto das operações consolidadas do Grupo Atvos. Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais das controladas do Grupo são ajustadas, quando aplicável, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

A Companhia e suas controladas podem designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como:

- *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de riscos e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante.

Para propósito de *hedge*, as controladas da Companhia, amparam-se na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. Conforme a Política, periodicamente são realizados testes prospectivos com o objetivo de comprovar a efetividade das operações.

a. *Hedge de valor justo*

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo quando e se contratadas, são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "*hedgado*". A Companhia e suas controladas só podem aplicar a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

b. *Hedge de fluxo de caixa*

As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, que foram designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*).

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente refletida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 29).

c. *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Certos instrumentos derivativos podem não se qualificar para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício.

f. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

g. Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção, que aumentam a vida útil dos ativos por mais um ano e desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

Créditos de descarbonização (CBIOs) é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de Custo dos produtos vendidos.

Após a mensuração inicial, o CBIOs, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do CBIOs e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

h. Depósitos judiciais

Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

i. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda encontram-se registrados na rubrica Outros créditos, no ativo não circulante.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

j. Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados nas controladas antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e são representados pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

As empresas Conquista do Pontal, Alcídia e Pontal, são consideradas uma única UGC, pois tem relação operacional intrinsecamente associada.

Já as demais empresas, Brenco, Eldorado, Rio Claro e Santa Luzia, são consideradas cada uma delas uma única UGC.

b. Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo.

c. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de amortização	
	2026	2025
Outorga e leilão de energia	3,48	3,50
<i>Software</i>	19,99	19,99
Licenças ambientais	2,56	2,62

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas das controladas e não sofrem efeito de depreciação.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação	
	2026	2025
Equipamentos e instalações industriais	4,89	4,88
Edifícios e benfeitorias	3,39	3,43
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	10,70	10,70
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,36	5,03
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	7,31	7,18
Veículos	9,40	9,15
Equipamentos de informática	10,97	10,94

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

I. Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem os custos com tratamentos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos.

m. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

n. *Contas a pagar aos fornecedores*

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

o. *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

p. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.

q. Provisões para processos judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.

r. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

s. *Reconhecimento de receita*

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia e de suas controladas indiretas é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 26.

A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. É apresentada líquida de impostos, fretes, armazenagem, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia, no caso do consolidado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

t. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

- receita de juros e variações monetárias;
- despesa de juros e variações monetárias;
- rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- descontos obtidos e concedidos;
- o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da

taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

u. *Direito de uso e passivos de arrendamento*

A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma.

v. *Adiantamentos de clientes*

Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

w. *Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*

Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).

x. *Benefícios à empregados*

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

y. *Subvenção governamental*

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

z. Capital social

Ações ordinárias

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 21.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa nº 21.

4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2025). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40 (R2)).

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora				Consolidado			
	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Caixa e bancos - no Brasil	-	27	-	25	-	8.004	-	5.198
Aplicações financeiras: no Brasil:								
CDBs	96,50% CDI	1.081	100,38% CDI	16.265	100,18% CDI	24.625	100,15% CDI	161.028
Fundos de investimento (i)	100,16% CDI	17.862	-	-	101,69% CDI	479.012	104,11% CDI	407.685
Operações compromissadas	-	-	-	-	96,11% CDI	40.641	77,63% CDI	25.934
		18.943		16.265		544.278		594.647
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a)	-	-	-	-	-	189.615	-	41.149
Margem de garantia - no Brasil (iii)	-	-	-	-	-	28.568	-	11.365
Margem de garantia - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a) (ii)	-	-	-	-	-	23.385	-	24.319
		-		-		51.953		35.684
		<u>18.970</u>		<u>16.290</u>		<u>793.850</u>		<u>676.678</u>

- (i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.
- (ii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias, expostas, substancialmente, à variação do dólar norte-americano.
- (iii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias. Na safra 25/26, parte do valor das operações em moeda nacional são remuneradas a 101,00% do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

b. Aplicações financeiras

	Consolidado			
	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações no Brasil:				
CDBs	96,02% CDI	4.947	99,89% CDI	4.421
Fundos de investimento (i)	101,03% CDI	233.504	101,03% CDI	292.615
		<u>238.451</u>		<u>297.036</u>
Ativo circulante		5.843		5.199
Ativo não circulante		232.608		291.837

- (i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2026	2025
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional)		
- de clientes	267.878	548.718
Contas a receber - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a)		
- de clientes	145.793	51.345
Provisão para perdas de crédito esperadas		
- de clientes	(7.243)	(6.121)
	<u>406.428</u>	<u>593.942</u>
Ativo circulante	405.531	592.147
Ativo não circulante	897	1.795

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	2026	
A vencer:	400.122	592.544
Vencidos:		
- até 30 dias	5.672	2.813
- de 31 a 60 dias	1.981	-
- de 61 a 90 dias	545	11
- de 91 a 180 dias	625	275
- de 181 a 360 dias	158	647
- acima de 360 dias	4.568	3.773
	<u>13.549</u>	<u>7.519</u>
	<u>413.671</u>	<u>600.063</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida.

A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2026 e 2025, estando assim demonstrada:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo no início do exercício	(6.121)	(5.271)
(Adições)	(1.532)	(4.094)
Baixa e reversões	410	3.244
Saldo no final do exercício	<u>(7.243)</u>	<u>(6.121)</u>

7 Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Consolidado	
	2026	2025
Produtos acabados - Açúcar e Etanol	222.156	188.945
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	3.499	115.745
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	659.367	640.516
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	185.484	190.834
Total em Estoques	1.070.506	1.136.040
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	792.475	839.276
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	157.990	331.075
Total em Adiantamentos a fornecedores	950.465	1.170.351
Ativo circulante		
Estoques	1.070.506	1.136.040
Adiantamentos a fornecedores	435.858	771.161
Ativo não circulante		
Adiantamentos a fornecedores	514.607	399.190

- (i) RenovaBio - CBIOS: em 31 de março de 2026, as controladas da Companhia possuíam 165.032 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (2.307.337 CBIOS, em 31 de março de 2025). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As controladas indiretas da Companhia comercializaram no exercício findo em 31 de março de 2026 o montante de 3,9 milhões CBIOS (0,1 milhão CBIOS, em 31 de março de 2025) com impacto de R\$ 167.798 (R\$ 9.531, em 31 de março de 2025) na receita bruta consolidada.
- (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria prima) desses parceiros.
- (iii) Refere-se substancialmente à adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para utilização nas safras.
- (iv) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que são apropriados no resultado da safra seguinte. Abaixo demonstramos as movimentações ocorridas no exercício:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldos no início do exercício	640.516	637.446
Adições	775.231	760.091
Baixas	(955)	-
Depreciação	(755.425)	(757.021)
Saldos no final do exercício	659.367	640.516

- (v) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo.

Em 31 de março de 2026 e 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos”:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo no início do exercício	(7.988)	(25.934)
(Adições)	(25.939)	(4.042)
Reversões	6.919	21.988
Saldo no final do exercício	(27.008)	(7.988)

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação.

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras.

A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável (“ATR”)) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a

colheita da cana-de-açúcar.

Em 31 março de 2026 e 2025, as principais premissas foram utilizadas na determinação valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:

	Consolidado	
	2026	2025
Área total estimada de colheita (ha)	283.477	263.096
Produtividade prevista (ton/ha)	77,39	80,45
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	138,15	139,09
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,9659	1,0551

Em 31 de março de 2026, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,26% a.a. (9,92% a.a. em 31 de março de 2025). A redução da taxa de desconto impacta no aumento do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

a. Composição

	Consolidado			
	2026		2025	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	1.133.344	(370.271)	763.073	640.013
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	(17.215)	-	(17.215)	259.201
Ativo biológico (lavoura demais culturas)	-	-	-	2.646
	<u>1.116.129</u>	<u>(370.271)</u>	<u>745.858</u>	<u>901.860</u>

b. Movimentação do ativo biológico

	Consolidado					
	2026			2025		
	Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total	Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total
Saldo inicial dos ativos biológicos	899.214	2.646	901.860	846.042	-	846.042
Aumentos decorrentes de tratos	769.710	859	770.569	635.217	6.552	641.769
Variação no valor justo	(22.000)	-	(22.000)	265.245	-	265.245
Reduções decorrentes da colheita	(901.066)	(3.505)	(904.571)	(847.290)	(3.906)	(851.196)
Saldo final dos ativos biológicos	<u>745.858</u>	<u>-</u>	<u>745.858</u>	<u>899.214</u>	<u>2.646</u>	<u>901.860</u>

c. Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

d. Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A

Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

e. Riscos climáticos e outros

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas.

Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, o Grupo Atvos está sujeito a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer.

Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-oeste e sudeste do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar nessas regiões do Brasil é chamado de safra e tem início em abril e maio e termina em novembro e dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem nas regiões centro-oeste e sudeste, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente, devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das *commodities*, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra.

f. Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 256.185 (R\$ 141.580 em 31 de março de 2025). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 94.861 (R\$ 99.716 em 31 de março de 2025).

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	-	-	649.897	377.865
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	3	14	126.187	131.735
Programa de integração social - ("PIS")	12	52	32.340	34.437
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	1.098	2.494	49.110	43.127
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	5.015	5.015	12.306	12.659
Créditos tributários - REINTEGRA	-	-	8.932	7.298
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - ("IRPJ")	185	-	8.110	565
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - ("CSLL")	-	-	21	753
Outros tributos a recuperar	10	10	686	727
Perda estimada com realização de impostos	-	-	(1.854)	(2.118)
	<u>6.323</u>	<u>7.585</u>	<u>885.735</u>	<u>607.048</u>
Ativo circulante	1.095	1.061	519.541	355.601
Ativo não circulante	5.228	6.524	366.194	251.447

A movimentação da provisão para perda estimada com realização de impostos durante o exercício é a seguinte:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo no início do exercício	(2.118)	(2.350)
(Adições)	(3)	(127)
Reversões	267	359
Saldo no final do exercício	<u>(1.854)</u>	<u>(2.118)</u>

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

10 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício social findo em 31 de março de 2026 à título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 24.805 (R\$ 25.301, em 31 de março de 2025), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indireto.

Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 22), entre outros.

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR/PLRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os

colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado.

Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2026 e 2025 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada.

a. Resumo dos saldos com partes relacionadas

Nota	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
No ativo circulante				
Partes relacionadas				
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("Alcídia")	(a)	1	1	-
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	188	1	-
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	51	131	-
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	238	15	-
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	42	34	-
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	-	89	-
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(c)	3	-	3
Total no ativo circulante		523	271	3
No passivo circulante				
Partes relacionadas				
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	196	-	-
Total no passivo circulante		196	-	-
No passivo não circulante				
Partes relacionadas				
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	266.930	266.930	-
		266.930	266.930	-
Empréstimos e financiamentos				
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	(b), 17(b)	-	-	1.051.114
Total no passivo não circulante		266.930	266.930	1.051.114
				1.007.424

b. Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no exercício

Nota	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Repasso de despesas corporativas				
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("Alcídia")	(a)	4	9	-
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	168	421	-
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	219	477	-
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	212	395	-
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	200	360	-
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	251	1.168	-
Despesas financeiras				
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	-	(10.941)	-
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(c)	(1.097)	(1.094)	-
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	(b), 17(b)	-	-	(140.510)
Variação cambial, líquida				
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	(b), 17(b)	-	-	96.821
				(118.743)

- (a) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos. Esses saldos são realizados no curso normal das operações.
- (b) Refere-se a extinção do contrato de conta corrente ("Caixa Único") ocorrida em 12 de junho de 2024, onde a Atvos Par, gestora do caixa, formalizou junto à Companhia e às suas controladas indiretas, o encerramento do referido contrato, sendo a posição em aberto entre as controladas e a Atvos Par, amortizadas mediante aumento/redução de capital, pela Atvos Par, e, a posição mantida entre a Companhia e a Atvos Par, substancialmente oriundas da incorporação reversa de sua, até então, controladora, Atvos Agroindustrial S.A., realizado contrato de mútuo entre as partes, o qual não há a incidência de juros, possui prazo de 5 anos podendo ser prorrogado por igual período, e IOF – Imposto sobre Operações Financeiras foi recolhido pela credora, e adicionado ao valor do contrato. Em mesmo ato, a Atvos Par também realizou a transferência dos créditos da Tranche A, com a anuência de seu acionista e credor, FIP MC Green, para a sua controlada direta, Atvos Bioenergia Eldorado S.A., totalizando, US\$160.912 mil (equivalentes à R\$867.172 mil, com base na PTAX de 12 de junho de 2024), também mediante redução de capital.
- (c) Refere-se ao reembolso de despesas e comissões bancárias da Soneva, conforme previsto no Acordo de Investimentos.

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Participação em Direitos Creditórios (i)	-	-	419.619	-
Receitas com penalidades contratuais	-	-	2.746	-
Seguros a apropriar	144	1.198	21.620	15.673
Valores a recuperar Recuperação Judicial (Juízo universal)	-	-	6.069	5.575
Venda fundo agrícola	-	-	9.199	-
Adiantamentos à integrantes	-	-	2.040	1.488
Sinistros a receber	-	-	915	4.676
Provisões de energia	-	-	303	9.624
Provisão Termo Parceria Banco Santander	-	-	2.800	4.300
Ativos mantidos para venda	-	-	1.903	625
Notas de crédito - Terceiros	689	689	918	918
Outras despesas antecipadas a apropriar (TI)	-	-	8.288	8.290
Adiantamentos a fornecedores - Mercado interno	-	-	831	1.178
Outras contas a receber	-	-	9	786
	833	1.887	477.260	53.133
Ativo circulante	782	1.851	458.018	40.184
Ativo não circulante	51	36	19.242	12.949

- (i) Refere-se à aquisição de participações em direitos creditórios de curto prazo originados de operações comerciais de terceiros, firmados pelas controladas indiretas da Companhia, Brenco e Conquista do Pontal. Em 31 de março de 2026, a Companhia detinha participações em recebíveis no valor consolidado de US\$ 80.690 mil, adquiridos com deságio e vencimento inferior a dois meses. O resultado dessas operações serão representado pela realização do deságio apurado entre o valor de aquisição dos créditos e seus respectivos valores de liquidação no vencimento.

12 Investimentos

Nenhuma das controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Investimento em controladas e coligadas avaliada por equivalência patrimonial				
Atvos Par	5.079.388	5.103.912	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	-	-	73.313	64.147
	5.079.388	5.103.912	73.313	64.147
Outros investimentos avaliados a custo				
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	-	-	13.684	3.684
Outros	-	-	49	49
	-	-	13.733	3.733
	<u>5.079.388</u>	<u>5.103.912</u>	<u>87.046</u>	<u>67.880</u>

a. Movimentação dos saldos de investimentos em controladas e coligadas

Controladora				
	2025	Resultado com equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial - hedge accounting e derivativos (i)	2026
Atvos Par	5.103.912	(6.249)	(18.275)	5.079.388
	5.103.912	(6.249)	(18.275)	5.079.388
Controladora				
	2024	Resultado com equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial - hedge accounting e derivativos (i)	2025
Atvos Par	5.198.870	(105.115)	10.157	5.103.912
	5.198.870	(105.115)	10.157	5.103.912
Consolidado				
	2025	Resultado com equivalência patrimonial	Integralização de capital social (ii)	2026
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	64.147	9.166	-	73.313
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	3.684	-	10.000	13.684
Outros	49	-	-	49
	67.880	9.166	10.000	87.046
Consolidado				
	2024	Resultado com equivalência patrimonial	Integralização de capital social (ii)	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	55.800	8.347	-	64.147
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	-	-	3.684	3.684
Outros	49	-	-	49
	55.849	8.347	3.684	67.880

(i) Trata-se de efeito reflexo do *hedge accounting* registrado nas controladas.

(ii) Em 19 de julho de 2024 a controlada direta da Companhia, Atvos Participações, realizou o investimento na sociedade Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A., uma *agtech* que oferece um amplo portfólio de soluções inovadoras para o setor agrícola, que combinam inteligência artificial e visão computacional para processar dados e imagens de drones, tratores e satélites, transformando-os em recomendações que aumentam produtividade e reduzem custos na lavoura. Em 06 de fevereiro de 2026, a controlada direta da Companhia, Atvos Participações, realizou novo aporte, no montante de R\$ 10.000, referente à 1.052.266 novas ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, com direito a voto, prioridade na liquidação e sem preferência no recebimento de dividendos, conversíveis, a qualquer momento, em ações ordinárias da Bem Agro. Com esse aporte, a participação da Atvos Participações na Bem Agro em 31 de março de 2026 é de 12,28% (5,82%, em 31 de março de 2025).

b. Informações das investidas

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das controladas e coligada.

		Controladora									
		Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Resultado		Resultado com equivalência patrimonial	
Empresa	Participação	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Atvos Par	68,50	7.846.422	7.818.196	431.257	367.229	7.415.165	7.450.967	(9.122)	(153.453)	(6.249)	(105.115)
		<u>7.846.422</u>	<u>7.818.196</u>	<u>431.257</u>	<u>367.229</u>	<u>7.415.165</u>	<u>7.450.967</u>	<u>(9.122)</u>	<u>(153.453)</u>	<u>(6.249)</u>	<u>(105.115)</u>
		Consolidado									
		Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Resultado		Resultado com equivalência patrimonial	
Empresa	Participação	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.											
(i)	5,70	1.715.097	1.445.163	428.004	318.994	1.287.093	1.126.169	216.474	175.677	9.166	8.347
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	12,28	32.952	10.623	4.056	5.032	28.896	5.591	(2.679)	(1.835)	-	-
		<u>1.748.049</u>	<u>1.455.786</u>	<u>432.060</u>	<u>324.026</u>	<u>1.315.989</u>	<u>1.131.760</u>	<u>213.795</u>	<u>173.842</u>	<u>9.166</u>	<u>8.347</u>

- (i) Conforme o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

13 Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a. Composição

Consolidado				
	2026			2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações industriais	5.779.146	(3.300.624)	2.478.522	2.361.829
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.309.151	(1.061.570)	1.247.581	1.266.231
Planta portadora	2.846.356	(357.058)	2.489.298	2.280.145
Planta portadora em formação	511.076	-	511.076	361.500
Máquinas e equipamentos agrícolas	1.494.366	(720.650)	773.716	553.757
Benfeitorias em imóveis de terceiros	274.832	(249.799)	25.033	36.137
Terras	85.689	-	85.689	85.689
Móveis e utensílios	151.706	(98.438)	53.268	45.365
Veículos	733.699	(140.005)	593.694	166.672
Equipamentos de informática	102.733	(42.961)	59.772	35.622
Imobilizado em andamento	495.473	-	495.473	570.616
	14.784.227	(5.971.105)	8.813.122	7.763.563

b. Movimentação do imobilizado

Consolidado						
	2025	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Depreciação	2026
Equipamentos e instalações industriais	2.361.829	2.637	-	389.181	(275.125)	2.478.522
Edifícios e benfeitorias	1.266.231	5	(5)	84.996	(103.646)	1.247.581
Planta portadora	2.280.145	26.008	(9.946)	820.829	(627.738)	2.489.298
Planta portadora em formação	361.500	970.405	-	(820.829)	-	511.076
Máquinas e equipamentos agrícolas	553.757	594	(4.255)	319.141	(95.521)	773.716
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.137	-	-	-	(11.104)	25.033
Terras	85.689	-	-	-	-	85.689
Móveis e utensílios	45.365	-	-	13.521	(5.618)	53.268
Veículos	166.672	-	(103)	458.573	(31.448)	593.694
Equipamentos de informática	35.622	-	-	29.499	(5.349)	59.772
Imobilizado em andamento (ii)	570.616	1.224.642	(61)	(1.299.724)	-	495.473
	7.763.563	2.224.291	(14.370)	(4.813)	(1.155.549)	8.813.122

Consolidado						
	2024	Adições	Baixas (i)	Transferências (iii)	Depreciação	2025
Equipamentos e instalações industriais	2.451.121	1.412	(196.303)	395.780	(290.180)	2.361.829
Edifícios e benfeitorias	1.318.749	-	-	50.372	(102.890)	1.266.231
Planta portadora	2.038.404	85.663	-	765.201	(609.123)	2.280.145
Planta portadora em formação	353.347	773.354	-	(765.201)	-	361.500
Máquinas e equipamentos agrícolas	404.253	401	(2.871)	229.687	(77.713)	553.757
Benfeitorias em imóveis de terceiros	49.379	-	-	113	(13.355)	36.137
Terras	85.089	-	-	600	-	85.689
Móveis e utensílios	25.971	-	-	23.993	(4.599)	45.365
Veículos	69.383	-	-	112.301	(15.012)	166.672
Equipamentos de informática	25.956	-	-	13.555	(3.889)	35.622
Imobilizado em andamento (ii)	339.872	1.059.324	-	(828.580)	-	570.616
	<u>7.161.524</u>	<u>1.920.154</u>	<u>(199.174)</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(1.116.762)</u>	<u>7.763.563</u>

- (i) No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico das máquinas e equipamentos industriais de suas controladas, para a avaliação do seu real valor, por substituição de componentes e duplicidades de manutenções realizadas ao longo de suas vidas úteis. Como resultado desta avaliação, as controladas indiretas da Companhia apuraram uma baixa de R\$ 196.285, líquida de depreciação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".
- (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalada das unidades operacionais, a Companhia vem realizando uma série de investimentos, como aumento de plantio, tratos, fertirrigação, reposição de frotas agrícolas, automação da tubulação de vinhaça, sistema de monitoramento de solo, expansão de tanque. Parte substancial desses investimentos tem previsão de serem concluídos no decorrer da safra 26/27.
- (iii) A Companhia tem por procedimento a avaliação constante de seus ativos, bem como a análise de renovação e venda deles em leilões. No decorrer das safras 24/25 e 25/26 a Companhia identificou e segregou novos ativos no montante de R\$ 4.813 em 31 de março de 2026 (R\$ 2.179 em 31 de março de 2025), os quais foram disponibilizados para venda, e estão classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. Esses ativos estão sendo incluídos no processo de venda em leilões futuros, os quais deverão ocorrer no decorrer da safra 26/27.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2026 as controladas da Companhia possuíam ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R\$ 2.975.773 (R\$3.518.186 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras.

14 Intangível

a. Composição

Controladora			
	2026		2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	187.896	-	187.896
	<u>187.896</u>	<u>-</u>	<u>187.896</u>

Consolidado				
	2026			2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	392.133	-	392.133	392.133
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	1.595.678	(699.596)	896.082	958.446
Software	172.343	(130.258)	42.085	53.786
Intangível em andamento	13.673	-	13.673	8.757
Licenças ambientais	3.438	(3.310)	128	147
	<u>2.177.265</u>	<u>(833.164)</u>	<u>1.344.101</u>	<u>1.413.269</u>

b. Movimentação do intangível

	Controladora					
	2025	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2026
Ágio sobre investimentos (i)						
Ativos	187.896	-	-	-	-	187.896
	<u>187.896</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>187.896</u>

Controladora						
	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)						
Ativos	187.896	-	-	-	-	187.896
	<u>187.896</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>187.896</u>

Consolidado						
	2025	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2026
Ágio sobre investimentos (i)						
Atvos	187.896	-	-	-	-	187.896
Eldorado	135.696	-	-	-	-	135.696
Conquista do Pontal	42.712	-	-	-	-	42.712
Rio Claro	12.483	-	-	-	-	12.483
Brenco	9.545	-	-	-	-	9.545
Santa Luzia	3.801	-	-	-	-	3.801
	392.133	-	-	-	-	392.133
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	958.446	-	-	(62.364)	-	896.082
Software	53.786	4	-	(13.959)	(2.254)	42.085
Software em desenvolvimento	8.757	7.170	-	-	2.254	13.673
Intangível em andamento	147	5	-	(24)	-	128
	<u>1.021.136</u>	<u>7.179</u>	<u>-</u>	<u>(76.347)</u>	<u>-</u>	<u>951.968</u>
	<u>1.413.269</u>	<u>7.179</u>	<u>-</u>	<u>(76.347)</u>	<u>-</u>	<u>1.344.101</u>

	Consolidado					
	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)						
Atvos	187.896	-	-	-	-	187.896
Eldorado	135.696	-	-	-	-	135.696
Alcídia	131.547	-	(131.547)	-	-	-
Conquista do Pontal	42.712	-	-	-	-	42.712
Rio Claro	12.483	-	-	-	-	12.483
Brenco	9.545	-	-	-	-	9.545
Santa Luzia	3.801	-	-	-	-	3.801
	523.680	-	(131.547)	-	-	392.133
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	1.080.406	-	-	(121.960)	-	958.446
Software	22.633	-	(776)	(9.523)	41.452	53.786
Intangível em andamento	515	49.712	-	-	(41.470)	8.757
Licenças ambientais	158	-	-	(29)	18	147
	1.103.712	49.712	(776)	(131.512)	-	1.021.136
	1.627.392	49.712	(132.323)	(131.512)	-	1.413.269

- (i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. Em 20 de junho de 2023, a Companhia incorporou reversamente da sua, até então, controladora direta, Atvos Agroindustrial S.A., os ágios que ela mantinha registrados, fundamentados em rentabilidade futura das correspondentes unidades geradoras de caixa, e com sua recuperabilidade testada anualmente.
- (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, além dos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER"), que foram 100% amortizados nas controladas no decorrer da safra 25/26, e dos contratos do Leilão de Energia Nova ("LEN"), o qual tem vencimento em 2042.

Redução ao valor recuperável do ágio

De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ágios são agrupados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") correspondentes.

Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 05 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar VHP e etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2026):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto nominal
Brenco	5,00%	12,12%
Conquista do Pontal	5,00%	12,12%
Eldorado	5,00%	12,12%
Santa Luzia	5,00%	12,12%
Rio Claro	5,00%	12,12%

- (i) O modelo não considera o crescimento nominal.

Em 31 de março de 2026, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de março de 2025, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável, exceto para o ágio da controlada Alcídia, o qual foi integralmente baixado, com impacto consolidado de R\$131.547, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Análise de sensibilidade

Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2026, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil de cada UGC:

	Mudanças requeridas no <i>carrying amount</i> para igualar ao montante recuperável				
	Conquista do Pontal	Santa Luzia	Eldorado	Rio Claro	Brenco
Taxas de desconto	1,3%	15,6%	5,3%	5,8%	7,4%
Margem LAJIDA	5,3%	27,0%	19,0%	16,4%	21,7%

15 Direito de uso e passivos de arrendamento

Em 31 de março 2026 e 2025, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:

a. Direito de uso

	Consolidado			
	2026		2025	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Parcerias agrícolas	3.580.672	(1.036.904)	2.543.768	2.597.374
Terras	51.271	(23.379)	27.892	224.759
Máquinas e equipamentos	286.594	(175.101)	111.493	146.726
Veículos	42.129	(32.416)	9.713	18.366
Imóveis	6.754	(4.594)	2.160	3.522
	<u>3.967.420</u>	<u>(1.272.394)</u>	<u>2.695.026</u>	<u>2.990.747</u>

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Consolidado					
	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	<u>2.422.886</u>	<u>248.662</u>	<u>161.687</u>	<u>7.680</u>	<u>3.666</u>	<u>2.844.581</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	767.317	17.173	48.680	27.045	1.357	861.572
Baixas	(212.275)	-	(10.233)	(411)	-	(222.919)
Depreciação	<u>(380.554)</u>	<u>(41.076)</u>	<u>(53.408)</u>	<u>(15.948)</u>	<u>(1.501)</u>	<u>(492.487)</u>
Saldos em 31 de março de 2025	<u>2.597.374</u>	<u>224.759</u>	<u>146.726</u>	<u>18.366</u>	<u>3.522</u>	<u>2.990.747</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	777.047	(28.463)	22.640	11.152	198	782.574
Baixas	(440.320)	(132.061)	-	-	-	(572.381)
Depreciação	<u>(390.333)</u>	<u>(36.343)</u>	<u>(57.873)</u>	<u>(19.805)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(505.914)</u>
Saldos em 31 de março de 2026	<u>2.543.768</u>	<u>27.892</u>	<u>111.493</u>	<u>9.713</u>	<u>2.160</u>	<u>2.695.026</u>

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola.

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de março 2026 e 2025, os passivos de arrendamento são representados por:

	Consolidado			
	2026		2025	
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido	Líquido
Parcerias agrícolas	4.328.901	(1.605.493)	2.723.408	2.749.117
Terras	39.293	(8.707)	30.586	247.307
Máquinas e equipamentos	170.598	(25.452)	145.146	174.409
Veículos	10.755	(414)	10.341	20.339
Imóveis	2.745	(230)	2.515	3.949
	<u>4.552.292</u>	<u>(1.640.296)</u>	<u>2.911.996</u>	<u>3.195.121</u>
Passivo circulante			452.263	424.715
Passivo não circulante			2.459.733	2.770.406

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Consolidado					
	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	<u>2.538.816</u>	<u>258.879</u>	<u>184.968</u>	<u>8.644</u>	<u>4.034</u>	<u>2.995.341</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	767.317	17.173	48.680	27.045	1.357	861.572
Amortização de principal	(314.486)	(28.745)	(47.608)	(14.785)	(1.407)	(407.031)
Amortização de juros	(282.286)	(35.457)	(25.767)	(2.474)	(525)	(346.509)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	252.031	35.457	24.369	2.320	490	314.667
Baixas	<u>(212.275)</u>	<u>-</u>	<u>(10.233)</u>	<u>(411)</u>	<u>-</u>	<u>(222.919)</u>
Saldos em 31 de março de 2025	<u>2.749.117</u>	<u>247.307</u>	<u>174.409</u>	<u>20.339</u>	<u>3.949</u>	<u>3.195.121</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	777.047	(28.463)	22.640	11.152	198	782.574
Amortização de principal	(350.705)	(32.828)	(51.903)	(21.150)	(1.632)	(458.218)
Amortização de juros	(307.365)	(30.580)	(33.467)	(3.703)	(395)	(375.510)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	295.634	7.211	33.467	3.703	395	340.410
Baixas	<u>(440.320)</u>	<u>(132.061)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(572.381)</u>
Saldos em 31 de março de 2026	<u>2.723.408</u>	<u>30.586</u>	<u>145.146</u>	<u>10.341</u>	<u>2.515</u>	<u>2.911.996</u>

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.

Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	Consolidado	
	2026	2025
1º ano	452.263	424.715
2º ano	427.538	434.960
3º ano	434.506	417.796
4º ano	392.861	427.980
5º ano	376.886	379.370
A partir do 6º ano	827.942	1.110.300
	<u>2.911.996</u>	<u>3.195.121</u>

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Fornecedores - no Brasil:				
- materiais, serviços, investimentos e outros	47	-	564.719	454.959
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas	-	-	137.409	113.590
- produtos acabados	-	-	3.294	6.599
- PRJ ¹	1.704	1.515	4.408	4.672
	1.751	1.515	709.830	579.820
Fornecedores - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a):				
- materiais, serviços, investimentos e outros	-	-	2	894
	1.751	1.515	709.832	580.714
Passivo circulante				
Fornecedores	47	-	705.424	576.042
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	58	20	2.142	2.334
Passivo não circulante				
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	1.646	1.495	2.266	2.338

¹ Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 31.

17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

Modalidade ² e classificação de acordo com o PRJ	Encargos anuais vigentes			Consolidado			
	Nota	Taxa	Indexador	Moeda	2026	2025	Vencimento
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	1.637.469	1.389.617	
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	691.023	586.439	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	839.985	712.853	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(276.200)</u>	<u>(355.234)</u>	2042
					<u>2.892.277</u>	<u>2.333.675</u>	
Debêntures	(b), 10(b)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) + Var. PTAX800 ¹	USD	428.442	419.076	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) + Var. PTAX800 ¹	USD	697.415	682.170	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(74.743)</u>	<u>(93.822)</u>	
					<u>1.051.114</u>	<u>1.007.424</u>	
Cédula de Crédito à Exportação ("CCE")	(c)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	134.311	113.961	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	663.937	563.316	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(69.647)</u>	<u>(89.576)</u>	2042
					<u>728.601</u>	<u>587.701</u>	
Nota de Crédito à Exportação ("NCE")	(c)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	460.507	390.797	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(40.147)</u>	<u>(51.635)</u>	2042
					<u>420.360</u>	<u>339.162</u>	
Crédito Agroindustrial	(d)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	94.531	80.217	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	271.912	230.747	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(31.950)</u>	<u>(41.092)</u>	
Não submetidos ao PRJ	9,38%	-		BRL	<u>4.739</u>	<u>14.216</u>	2026
					<u>339.232</u>	<u>284.088</u>	

Modalidade ² e classificação de acordo com o PRJ	Encargos anuais vigentes			Moeda	Consolidado		Vencimento
	Nota	Taxa	Indexador		2026	2025	
Capital de giro	(e)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	283.399	240.502	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(24.706)	(31.775)	
					<u>258.693</u>	<u>208.727</u>	
CDCA e CPR-F	(f)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	146.221	124.085	2042
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	70.449	59.788	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(18.889)	(24.293)	
					<u>197.781</u>	<u>159.580</u>	
Capital de giro sindicalizado	(g)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	83.235	70.640	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(7.255)	(9.331)	
					<u>75.980</u>	<u>61.309</u>	
Finame	(h)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	124.064	105.673	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(13.001)	(16.060)	
Não submetidos ao PRJ		9,68%	-	BRL	-	2.041	
					<u>111.063</u>	<u>91.654</u>	
Prorenova	(i)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	48.842	41.444	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(4.260)	(5.479)	
					<u>44.582</u>	<u>35.965</u>	
PESA	(j)						
Não submetidos ao PRJ		0%	SELIC	BRL	4.398	5.908	2027
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	112	99	2042
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(4)	(6)	
					<u>4.506</u>	<u>6.001</u>	
					<u>6.124.189</u>	<u>5.115.286</u>	
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos					7.333	13.186	
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos					1.804	8.979	
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ					6.115.052	5.093.121	

CDI: Certificado de Depósito Interbancário
PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
PRJ: Plano de Recuperação Judicial

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 31.

¹ Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação das controladas da Companhia, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro as variações cambiais apuradas e apresentadas em ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$106.792 (que era parte da estrutura de hedge accounting da Companhia), bem como os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$49.299. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um haircut de R\$300.357, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$1.989.411, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.

² As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano.

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Em 28 de junho de 2017, a controlada direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A., emitiu 829.150.000 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para colocação privada. Parte das debêntures foi subscrita por empresa relacionada ao ex-acionista controlador da Companhia, a LSF10 Brazil. A Administração, respaldada em parecer jurídico dos seus advogados, entendia que tratando-se de crédito listado na recuperação judicial em dólar, ele se submete à disciplina expressa na cláusula 10.5 do Plano de Recuperação Judicial, conjugada ao art. 50, §2º da Lei 11.101/2005, mantendo-se o crédito indexado à variação cambial. Assim, as debêntures mantiveram a sua indexação ao dólar e, a partir da data da impetração do pedido de recuperação judicial, observando os juros previstos no PRJ, incidiram sobre o montante da dívida em dólar. Somente na data do pagamento é que a dívida em dólar, acrescida dos juros, seria convertida para Reais. Em 26 de janeiro de 2023 os direitos creditórios das debêntures foram transferidos à MC Green Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP MC Green"), mantendo todas as condições originais previstas no Plano de Recuperação Judicial. Em 17 de março de 2023, os direitos creditórios da Tranche B foram transferidos à Soneva, conforme Instrumento Particular de Escritura da primeira emissão de debêntures, emitida pela Soneva junto ao FIP MC Green, mediante a emissão e integralização da 7ª série, totalizando 1.056.832 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real. Na Atvos Par, como as dívidas originais mantiveram todas as condições previstas na PRJ, e naquele momento não houve modificação ou extinção da dívida original à luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Com a extinção subsequente da dívida, em 20 de junho de 2023, mediante capitalização pela Soneva (conforme indicado acima), correspondentes ajustes de avaliação patrimonial, no montante de R\$183.356 (que era parte da estrutura de *hedge accounting* da Companhia), bem como os custos de transação não ainda amortizados à dívida extinta, foram então reciclados para o resultado financeiro do período. Em 19 de setembro de 2023, o FIP MC Green realizou aporte de R\$ 500.000 na controlada direta da Companhia, Atvos Par, em troca de 31,5% de participação em seu capital, tornando-se naquela sua acionista e parte relacionada. Em 12 de junho de 2024 a controlada indireta da Companhia, Atvos Par, formalizou a transferência dos créditos da Tranche A, com a anuência de seu acionista e credor, FIP MC Green, para a sua controlada direta, Atvos Bioenergia Eldorado S.A., totalizando, US\$160.912 mil (equivalentes à R\$867.172 mil, com base na PTAX de 12 de junho de 2024), mediante redução de capital.
- (c) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (d) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro.
- (f) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura.

O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol das controladas.
- (g) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos.
- (h) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (i) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canais.
- (j) Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), mecanismo de renegociação e alongamento de dívidas de crédito rural criado pelo governo federal brasileiro em 1998, assegurado por instituições financeiras através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida, o qual foi liquidado no processo de Recuperação Judicial, sendo o saldo remanescente renegociado novo parcelamento junto à União em 28 de dezembro de 2020.

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo anterior	-	-	5.115.286	4.208.268
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Amortização de principal	-	-	(12.550)	(14.538)
Amortização de juros	-	-	(1.873)	(5.458)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	-	-	920.064	823.752
Amortização valor justo Tranche A	-	-	103.262	103.262
Saldo no final do exercício	-	-	6.124.189	5.115.286

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	Consolidado	
	2026	2025
2º ano	237.096	59.027
3º ano	235.292	209.616
4º ano	235.292	207.732
5º ano	235.292	207.732
6º ano	254.899	207.732
7º ano	313.722	225.043
A partir do 8º ano	6.333.267	5.816.484
	<u>7.844.860</u>	<u>6.933.366</u>

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2026, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 5.840.724 (R\$ 4.434.458, em 31 de março de 2025), e os saldos contábeis totalizam R\$ 6.124.189 (R\$5.115.286, em 31 de março de 2025).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

Covenants

Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

18 Salários e encargos

	Consolidado	
	2026	2025
Provisão de participação nos lucros e resultados	57.685	60.602
Provisão de férias e encargos	72.147	67.286
Provisão de 13º salário e encargos	14.063	12.850
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	7.092	3.825
Salários a pagar	2.031	2.306
Outros	33	-
	<u>153.051</u>	<u>146.869</u>

19 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	1.767	1.631	46.732	33.057
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	-	-	6.751	7.339
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	9	10	46.453	29.454
Programa de integração social - ("PIS")	1	2	10.395	6.397
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	-	-	4.124	8.526
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	-	-	46.185	38.502
Demais tributos a recolher	-	15	7.242	6.010
	<u>1.777</u>	<u>1.658</u>	<u>167.882</u>	<u>129.285</u>
Passivo circulante	10	27	44.361	41.574
Passivo não circulante (i)	1.767	1.631	123.521	87.711

- (i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. N° 151, do CTN.

20 Adiantamentos de clientes

Em 31 de março de 2026 e 2025, os montantes consolidados registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de etanol, energia e cana-de-açúcar. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	Consolidado	
	2026	2025
Adiantamentos de clientes - no Brasil:		
- de clientes	54.445	65.546
Passivo circulante	<u>54.445</u>	<u>65.546</u>

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$6.878.070 dividido em 4.504.155.347 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 90% de propriedade de sua controladora direta, Soneva Energias Renováveis S.A., e, os 10% remanescentes, pertencentes ao MC Green Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP MC Green”).

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2026 e 2025, correspondem, basicamente, aos efeitos de aplicação do *hedge accounting* (Nota explicativa nº 31) e ajuste inicial de investimento por equivalência patrimonial. Conforme nota explicativa nº 1, a partir de 11 de setembro de 2020 a Companhia passou a deter diretamente 100% do capital social da Atvos Agroindustrial Participações S.A. por meio de cessão da totalidade das ações detidas pela Atvos Agroindustrial S.A., e correspondente aumento do capital social, a valor de mercado, no montante de R\$17.467. A diferença entre o valor da participação integralizado pela Companhia e o valor patrimonial apurado pelo método de equivalência patrimonial foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial por se enquadrar como transação de capital entre acionistas sob controle comum, conforme itens 64 a 69 da Interpretação técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.

c. Reserva legal

Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

d. Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o

pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia e suas controladas somente poderão distribuir dividendos a partir de 2027. Adicionalmente, a Companhia avalia os impactos e a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais no nível individual de suas controladas, na medida em que estas venham a apurar lucro contábil. Os eventuais reflexos dessa constituição são considerados, quando aplicável, nas demonstrações financeiras consolidadas.

e. Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	2026	2025
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(6.538)	(114.369)
Ações em circulação (milhares)	4.504.155	4.504.155
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	<u>(0,001)</u>	<u>(0,025)</u>

22 Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas mantêm convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 3.423 integrantes em 31 de março de 2026 (3.144 integrantes, em 31 de março de 2025). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições das controladas no exercício findo em 31 de março de 2026 somaram R\$ 9.105 (R\$ 8.193, em 31 de março de 2025) e dos participantes R\$ 19.430 (R\$ 17.463, em 31 de março de 2025).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Créditos								
Prejuízos fiscais e bases negativas (i)	222.960	222.549	222.960	222.549	12.562.542	11.932.559	12.453.100	11.827.539
Diferenças temporárias:								
Provisão para contingências	8.787	8.413	8.787	8.413	92.829	103.093	92.829	103.093
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	-	-	-	-	14.628	615	14.628	615
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	65.991	7.273	65.991	7.273
Variação do valor justo de CBIOs	-	-	-	-	62	19.582	62	19.582
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	-	-	-	57.685	60.602	57.685	60.602
Passivos de arrendamento	-	-	-	-	2.911.996	3.195.121	2.911.996	3.195.121
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	7.243	6.121	7.243	6.121
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	-	-	-	-	27.008	7.988	27.008	7.988
Perda estimada com realização de impostos	-	-	-	-	1.854	2.118	1.854	2.118
Provisões diversas (iii)	-	-	-	-	3.795	7.194	3.795	7.194
Outros ajustes	-	1	-	1	12	5	12	5
Total base de créditos	231.747	230.963	231.747	230.963	15.745.645	15.342.271	15.636.203	15.237.251
Crédito tributário registrado (i)	3	2	1	1	961.548	1.049.930	346.157	377.975
Crédito tributário não registrado (i)	57.933	57.739	20.855	20.786	2.974.863	2.785.638	1.061.101	993.377
Débitos								
Diferenças temporárias:								
Depreciação Acelerada incentivada (ii)	-	-	-	-	(1.905.994)	(1.845.309)	(1.905.994)	(1.845.309)
Amortização de ágio	-	-	-	-	(156.928)	(156.928)	(156.928)	(156.928)
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	-	-	-	-	(208)	(19.400)	(208)	(19.400)
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	(48.776)	(266.475)	(48.776)	(266.475)
Direito de uso	-	-	-	-	(2.695.026)	(2.990.747)	(2.695.026)	(2.990.747)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 17	-	-	-	-	(1.728.004)	(1.831.265)	(1.728.004)	(1.831.265)
Valor justo de aplicações financeiras	(6)	-	(6)	-	(31)	(70)	(31)	(70)
Provisões diversas (iii)	-	-	-	-	(1.245)	-	(1.245)	-
Atualização de depósito judiciais	(32)	(20)	(32)	(20)	(14.376)	(13.972)	(14.376)	(13.972)
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	-	(138.592)	(53.419)	(138.592)	(53.419)
Total base de débitos	(38)	(20)	(38)	(20)	(6.689.180)	(7.177.585)	(6.689.180)	(7.177.585)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	(10)	(5)	(3)	(2)	(1.672.295)	(1.794.396)	(602.025)	(645.983)
Total líquido	(7)	(3)	(2)	(1)	(710.747)	(744.466)	(255.868)	(268.008)
Total IR/CS diferidos classificados no passivo não circulante			(9)	(4)			(966.615)	(1.012.474)

- (i) Em 31 de março de 2026 e 2025, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
- (ii) As controladas da Companhia utilizam o benefício da depreciação acelerada incentivada rural, prevista no art. 314 do Decreto nº 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado.
- (iii) Refere-se substancialmente aos efeitos do reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47.

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Controladora						
	2026		2025		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2026	2025
Débitos						
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias:						
Valor justo de aplicações financeiras	1	(2)	-	-	(1)	-
Atualização de depósito judiciais	3	(11)	3	(7)	(4)	(4)
Total base de débitos	4	(13)	3	(7)	(5)	(4)
		<u>(9)</u>		<u>(4)</u>		
Consolidado						
	2026		2025		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2026	2025
Débitos						
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias:						
Depreciação Acelerada incentivada	194.411	(648.038)	188.222	(627.405)	(14.444)	(272.528)
Amortização de ágio	-	-	-	(53.356)	-	-
Instrumentos financeiros						
derivativos (NDF/Swap)	21	(71)	1.979	(6.596)	(1.958)	9.679
Direito de uso e passivo de arrendamento	916.309	(916.309)	1.016.854	(1.016.854)	-	-
Variação do valor justo do ativo biológico	4.975	(16.584)	27.180	(90.602)	51.813	849
Valor justo CBIOs	-	-	-	-	-	1.991
Valor justo Tranche A –						
Aditivo PRJ - Nota 17	176.256	(587.521)	186.789	(622.630)	24.576	24.576
Valor justo de aplicações financeiras	3	(11)	7	(24)	9	162
Provisões diversas	127	(423)	-	-	(296)	1.745
Atualização de depósito judiciais	1.467	(4.886)	1.425	(4.750)	(94)	(3.325)
Variações cambiais não realizadas	14.136	(47.121)	5.449	(18.162)	(20.272)	(12.713)
Total base de débitos	<u>1.307.705</u>	<u>(2.274.320)</u>	<u>1.427.905</u>	<u>(2.440.379)</u>	<u>39.334</u>	<u>(249.564)</u>
		<u>(966.615)</u>		<u>(1.012.474)</u>		

b. Por entidade jurídica, líquida

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

Entidade	Consolidado					
	Créditos		Débitos		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Atvos Bio	4	3	(13)	(7)	(9)	(4)
Atvos Par	13.742	14.837	(44.740)	(47.687)	(30.998)	(32.850)
Eldorado	179.832	176.791	(329.974)	(326.831)	(150.142)	(150.040)
Destilaria Alcídia	3.966	4.134	(13.219)	(13.781)	(9.253)	(9.647)
Pontal	-	1	-	(5)	-	(4)
Rio Claro	138.210	148.232	(236.551)	(229.314)	(98.341)	(81.082)
Conquista do Pontal	282.888	322.983	(497.036)	(537.208)	(214.148)	(214.225)
Santa Luzia	225.123	250.195	(374.300)	(391.823)	(149.177)	(141.628)
Biometano	1	4	(2)	(13)	(1)	(9)
Brenco	463.939	510.725	(778.485)	(893.710)	(314.546)	(382.985)
	<u>1.307.705</u>	<u>1.427.905</u>	<u>(2.274.320)</u>	<u>(2.440.379)</u>	<u>(966.615)</u>	<u>(1.012.474)</u>

c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
(Lucro) prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.533)	(114.365)	(48.746)	86.858
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	<u>2.221</u>	<u>38.884</u>	<u>16.574</u>	<u>(29.532)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
- Equivalência patrimonial	(2.125)	(35.739)	3.117	2.838
- Subvenção estadual	-	-	228.618	200.917
- Vendas de CBIOS	-	-	48.494	2.755
- Bônus à dirigentes	-	-	-	(2.951)
- Indébito tributário - SELIC (i)	162	5	1.635	2.264
- Crédito Tributário Reintegra	-	-	593	498
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	-	-	(3.854)	(3.294)
- Baixa ágio por <i>impairment</i>	-	-	-	(44.726)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(263)	(3.154)	(256.949)	(383.948)
- Programa de alimentação ao Trabalhador (PAT)	-	-	1.106	5.615
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>	<u>39.334</u>	<u>(249.564)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>-0,077%</u>	<u>-0,003%</u>	<u>80,7%</u>	<u>287,3%</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	(4)	39.334	(249.564)

- (i) As controladas indiretas da Companhia possuem ações judiciais com decisões favoráveis, ainda sem trânsito em julgado, amparando a exclusão da incidência tributária de IRPJ e CSLL relativo a atualização Selic (juros de mora e correção monetária) incidentes sobre os indêbitos tributários. O embasamento jurídico pela exclusão também é fundamentado pelo julgamento da matéria pelo STF no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, transitado em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da sua incidência.

24 Compromissos (consolidado)

Na data das demonstrações financeiras atuais, determinadas controladas da Companhia têm compromisso de comercialização para safras futuras de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme apresentado abaixo:

	Consolidado		
	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos
Energia (MWh)	1.505.322	3.698.909	6.081.900
Etanol (m³)	1.782.056	1.175.663	3.120
Açúcar (ton)	250.000	500.000	-
Bagaço de cana de açúcar (ton)	159.675	70.000	-

Cerca de 70% do volume total de energia contratado refere-se ao Leilão de Energia Nova (“LEN”), mantido com a controlada indireta da Companhia, Usina Eldorado, com um compromisso mensal de entrega de energia e prazo de fornecimento previsto até dezembro de 2042. Caso esses volumes não sejam produzidos em sua totalidade pela controlada, se faz necessário realizar compras no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), para completar o atendimento do volume total contratado no leilão.

Além desses compromissos, as controladas indiretas da Companhia possuem compromissos de venda de energia no âmbito do mercado livre, com prazo de suprimento até novembro de 2030.

A Companhia ainda se encontra em fase de negociação para a renovação de outros contratos para a próxima safra. Consequentemente, na data de encerramento destas demonstrações financeiras, os respectivos compromissos não puderam ser mensurados para divulgação.

25 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Provisionadas

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Processos trabalhistas	1.479	1.139	15.435	17.159
Processos cíveis	6.858	6.846	48.334	47.767
Processos ambientais	-	-	3.697	1.138
Processos tributários	321	321	10.718	15.407
Passivo não circulante	8.658	8.306	78.184	81.471

As movimentações das contingências provisionadas no exercício estão apresentadas conforme segue:

Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	241	4.556	6.851	11.648
Adições	80	806	15	901
Reversões	-	(1.675)	(20)	(1.695)
Utilizações	-	(2.654)	-	(2.654)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	-	106	-	106
Saldo em 31 de março de 2025	321	1.139	6.846	8.306
Adições	-	448	12	460
Reversões	-	(86)	-	(86)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	-	(22)	-	(22)
Saldo em 31 de março de 2026	321	1.479	6.858	8.658

Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	39.793	31.265	60.300	131.358
Adições	14.265	9.576	10.695	34.536
Reversões	(15.422)	(10.111)	(2.620)	(28.153)
Utilizações	(11.945)	(14.687)	(19.465)	(46.097)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	(11.284)	1.116	(5)	(10.173)
Saldo em 31 de março de 2025	15.407	17.159	48.905	81.471
Adições	2.674	11.257	14.149	28.080
Reversões	(8.314)	(9.088)	(10.780)	(28.182)
Utilizações	(5.216)	(4.750)	(197)	(10.163)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	6.167	857	(46)	6.978
Saldo em 31 de março de 2026	10.718	15.435	52.031	78.184

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos trabalhistas

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; e (iv) indenização por danos morais.

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em 329 processos trabalhistas (387 em 31 de março de 2025), com prognóstico de perda provável.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: (i) indenizações de natureza diversa; (ii) sanções administrativas ambientais impostas em razão de incêndio ocorrido em área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, cuja legalidade e exigibilidade vêm sendo contestadas judicialmente, ocasião em que foram realizados depósitos judiciais dos valores objeto de discussão; e (iii) honorários de sucumbência a serem pagos aos advogados das partes contrárias. Destacam-se:

Processo impetrado pela empresa Fronha Logística e Transportes Ltda., que tem no polo passivo a controlada indireta da Companhia, Conquista do Pontal, cujo objeto principal trata-se de cobrança de multa contratual sobre contrato firmado de transporte de cana. Em 31 de março de

2026 o valor provisionado para a contingência deste processo é de R\$ 10.298 (R\$ 9.571 em 31 de março de 2025).

Processos tributários

Referem-se a: (i) exigência de multa por suposta omissão de cobertura cambial relacionada à exportação; (ii) cobrança do adicional de 20% sobre a contribuição ao SENAI, em razão da cia ter superado 500 integrantes do período cobrado; (iii) glosa de créditos de PIS e COFINS; (iv) cobrança ICMS operação exportação; e (v) glosa de crédito ICMS CIAP e outros. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

b. Não provisionadas

Algumas controladas são parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Processos tributários	1.254	3.360	943.604	978.003
Processos cíveis	21.350	21.350	57.225	53.487
Processos trabalhistas	-	16.386	11.031	23.780
Processos ambientais	-	-	27.248	21.539
	<u>22.604</u>	<u>41.096</u>	<u>1.039.108</u>	<u>1.076.809</u>

Processos tributários

Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se:

- (a) Cobrança de ICMS em decorrência de: (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso; (ii) cobrança de ICMS DIFAL; (iii) suposto creditamento indevido; (iv) exportações supostamente não comprovadas; (v) suposta manutenção de passivo fictício; e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R\$ 483.032 em 31 de março de 2026 (R\$ 547.878 em 31 de março de 2025);
- (b) Declarações de compensação e pedidos de ressarcimento não homologados e respectiva multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais. O total envolvido nos processos é de R\$ 299.726 em 31 de março de 2026 (R\$ 265.175 em 31 de março de 2025);

- (c) Cobrança de contribuição previdenciária da agroindústria em razão da reapuração das bases de cálculo desta contribuição e da contribuição para o SENAR, nelas incluindo de forma equivocada, valores que não compõem a receita bruta proveniente da produção rural ou agroindustrial. Os processos dessa natureza somam R\$ 67.903 em 31 de março de 2026 (R\$80.706 em 31 de março de 2025); e
- (d) Cobrança de IOF no âmbito do contrato de conta corrente mantido entre as empresas do Grupo Atvos. O montante total envolvido de R\$ 91.613 em 31 de março de 2026 (R\$ 84.243 em 31 de março de 2025).

Tratamentos fiscais incertos

Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Companhia avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Companhia deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas eram parte envolvida em 160 (124, em 31 de março de 2025), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) indenização por danos morais; (ii) tempo à disposição; (iii) diferença de horas extras; (iv) intervalo intrajornada; (v) adicional de periculosidade e insalubridade; e (vi) descanso semanal remunerado.

Processos cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2026, as controladas da Companhia eram parte envolvida em 142 (176 em 31 de março de 2025), processos cíveis com prognóstico de perda possível. As demandas cíveis têm como principais pedidos indenizações por dano material e moral e ações de cobrança.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são apresentados líquidos das provisões para contingências para os quais eles estão cobrindo.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Processos tributários	-	-	17.736	18.313
Processos cíveis	9	-	8.729	8.142
Processos trabalhistas	55	61	2.675	2.538
Outros	-	-	305	305
	<u>64</u>	<u>61</u>	<u>29.445</u>	<u>29.298</u>

26 Receitas

	Consolidado	
	2026	2025
Receita bruta		
Mercado interno		
Etanol hidratado	3.375.821	3.615.629
Etanol anidro	2.607.623	2.114.955
Energia elétrica	496.150	734.508
Cana-de-açúcar	59.738	62.012
CBIOS	167.798	9.531
Outras vendas	49.896	18.708
	<u>6.757.026</u>	<u>6.555.343</u>
Mercado externo		
Açúcar bruto (VHP)	1.197.918	1.257.785
Etanol hidratado	568.363	200.986
Etanol anidro	-	7.919
	<u>1.766.281</u>	<u>1.466.690</u>
Receita bruta total	<u>8.523.307</u>	<u>8.022.033</u>
(-) Tributos sobre vendas	(379.710)	(358.891)
(-) Frete sobre vendas	(337.082)	(283.361)
(-) Armazenagem	(90.014)	(77.962)
(-) Devoluções	<u>(12.256)</u>	<u>(5.643)</u>
Receita líquida total	<u>7.704.245</u>	<u>7.296.176</u>

27 Despesas e custos dos produtos e serviços vendidos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(2.085.295)	(1.841.372)
Despesas com pessoal	-	-	(754.000)	(686.296)
Serviços de terceiros	(315)	-	(409.277)	(315.975)
Materiais para revenda	-	-	(68.945)	(85.584)
Taxas e encargos de energia	-	-	(94.955)	(99.666)
Outras despesas	-	-	<u>(43.925)</u>	<u>(42.925)</u>
	<u>(315)</u>	<u>-</u>	<u>(3.456.397)</u>	<u>(3.071.818)</u>
Depreciações e amortizações:				
da planta portadora	-	-	(622.907)	(611.033)
de ativos biológicos colhidos	-	-	(908.671)	(870.759)
de direito de uso	-	-	(505.915)	(492.484)
de ativos tangíveis e intangíveis	-	-	<u>(1.120.103)</u>	<u>(1.129.518)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.157.596)</u>	<u>(3.103.794)</u>
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	<u>(22.000)</u>	<u>265.245</u>
	<u>(315)</u>	<u>-</u>	<u>(6.635.993)</u>	<u>(5.910.367)</u>
Classificados em:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(6.206.298)	(5.439.381)
Despesas com vendas	-	-	(21.787)	(12.375)
Despesas administrativas e gerais	(315)	-	<u>(407.908)</u>	<u>(458.611)</u>
	<u>(315)</u>	<u>-</u>	<u>(6.635.993)</u>	<u>(5.910.367)</u>

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Outras receitas:				
Reversão perda estimada com realização de impostos - Nota 9	-	-	264	232
Venda de ativos imobilizados, líquidas - Nota 13 (b)(iii)	-	-	28.900	104.451
Sinistros	-	-	5.394	2.833
Reversão passivos contingentes (i)	6	3.448	10.265	39.714
Receitas de superveniências (iii)	-	-	26.678	61.959
Dividendos recebidos	-	-	2.859	2.062
Receitas com penalidades contratuais	-	-	7.423	10.742
Receitas com programas de pontos	-	-	1.186	-
Outras receitas	-	95	5.285	1.982
	<u>6</u>	<u>3.543</u>	<u>88.254</u>	<u>223.975</u>
Outras despesas:				
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(1.122)	(850)
Efetivação perda créditos tributários	-	-	(3.184)	-
Efetivação de perdas em títulos a receber	-	-	(2)	(3)
Provisão para realização de ativos (ágio) - Nota 14	-	-	-	(131.547)
Multa ANEEL (ii)	-	-	(1.107)	(25.841)
Multas não recorrentes (i)	-	-	(458)	(15.388)
Provisão passivos contingentes - Nota 24	(380)	-	-	-
Efetivação de perdas em processos judiciais	(56)	(2.737)	(19.307)	(42.709)
Baixa do valor residual de ativos - Nota 13(b.i)	-	-	(17.828)	(301.683)
Indenizações pagas	-	-	(2.191)	(3.274)
Débitos tributários extemporâneos	-	-	(1.297)	-
Outras despesas	(1)	(7)	(3.777)	(4.110)
	<u>(437)</u>	<u>(2.744)</u>	<u>(50.273)</u>	<u>(525.405)</u>
	<u>(431)</u>	<u>799</u>	<u>37.981</u>	<u>(301.430)</u>

- (i) No comparativo, refere-se, substancialmente, à reversão dos processos trabalhistas e tributários, os quais a Administração do Grupo Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre as partes.
- (ii) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER).
- (iii) No decorrer das safras 24/25 e 25/26, certas controladas indiretas da Companhia realizaram o reconhecimento extemporâneo de créditos tributários, sendo eles relacionados principalmente ao crédito presumido de Pis e Cofins sobre insumos adquiridos para a produção de açúcar VHP, conforme previsto na Lei nº 10.925/2004 e ao ICMS incidente sobre as aquisições de produtos intermediários essenciais às atividades dessas controladas.

29 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receitas financeiras:				
Juros ativos	492	32	60.611	56.246
Variação monetária ativa	6	15	1.797	579
Rendimento com aplicações financeiras	2.391	2.951	154.394	149.994
Ajuste a valor de mercado	8	18	25	202
Descontos obtidos	-	-	33.564	2.170
	<u>2.897</u>	<u>3.016</u>	<u>250.391</u>	<u>209.191</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos e variação monetária passiva	(359)	(6.012)	(1.025.427)	(722.949)
Ajuste a valor presente	-	-	(340.410)	(314.667)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 17	-	-	(103.262)	(103.262)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(154)	(5.422)	(12.380)	(21.446)
Despesas e comissões bancárias	(1.922)	(1.630)	(4.464)	(4.608)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(69)	(727)
Outras despesas financeiras	-	-	(31)	(144)
	<u>(2.435)</u>	<u>(13.064)</u>	<u>(1.486.043)</u>	<u>(1.167.803)</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial ativa	-	-	152.210	336.899
Variação cambial passiva	-	(1)	(80.703)	(384.155)
	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>71.507</u>	<u>(47.256)</u>
	<u>462</u>	<u>(10.049)</u>	<u>(1.164.145)</u>	<u>(1.005.868)</u>

30 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia e de suas controladas são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes.

A Companhia e suas controladas integram o programa de segurança operacional, o qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia e suas controladas possuem contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas / apólices destacadas abaixo:

		Controladora e consolidado (i)	
		2026	2025
Item	Riscos cobertos		
Risco Operacional (ii)	Riscos operacionais - “All Risks” (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).	1.265.000	1.265.000
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R\$ 112.000 por evento, sendo R\$ 80.000 para cobertura básica e R\$ 32.000 para custo de defesa e despesa de contenção de sinistro, limitado a R\$ 224.000, com os mesmos sublimites apartados..	224.000	160.000
Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.	3.000	1.000
D&O	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e /ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R\$50.000, com apólice de excesso limitada a R\$ 120.000.	170.000	150.000
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.	10.000	5.000

- (i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas.
- (ii) Nas coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) não estão incluídos riscos vinculados à veículos e máquinas e equipamentos agrícolas, pois eles possuem apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE para os veículos, e, para riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, o valor em risco coberto totaliza R\$ 939.616.

A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

31 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*.

31.1 Riscos de mercado

a. *Risco cambial*

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. As controladas estão expostas diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e dívidas contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de (“NDFs - *Non deliverable forwards*”) e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais:

	Consolidado	
	2026	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	189.615	36.329
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	23.385	4.480
Instrumentos financeiros derivativos	28.859	5.529
Contas a receber de clientes	145.793	27.933
Total dos ativos	387.652	74.271
Passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	2	-
Empréstimos e financiamentos	1.051.114	201.386
Instrumentos financeiros derivativos	223.229	42.769
Total dos passivos	1.274.345	244.155
Subtotal ativo (passivo)	(886.693)	(169.884)
(-) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.051.114	201.386
Exposição líquida	164.421	31.502

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de contabilidade *hedge* da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,2194, por US\$1,00 para os ativos e para os passivos.

b. *Risco de volatilidade no preço de açúcar e etanol*

As controladas estão expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia e de suas controladas está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas sem limitação sobre a sua produção da safra, atual e futura, desde que previamente aprovadas pela Administração.

Adicionalmente, as controladas estão expostas à flutuação do preço do etanol no mercado

interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da B3. A exposição líquida desses instrumentos está divulgada na nota explicativa nº 31.1(e).

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia e suas controladas possuíam contratos em aberto de futuros e *swap*, bem como possuíam resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, que tem como objeto de *hedge* as vendas esperadas altamente prováveis.

c. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 17). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de *swaps*.

Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus) e as projeções de dólar americano para 31 de março de 2026 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças dos fatores de risco de câmbio. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*:

Instrumento	Consolidado			
	Fator de risco	Exposição	Cenário provável	
			Taxa	Valor
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US\$	189.615	5,4500	8.377
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	US\$	23.385	5,4500	1.033
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	US\$	28.859	5,4500	1.275
Contas a receber de clientes	US\$	145.793	5,4500	6.441
Fornecedores	US\$	(2)	5,4500	-
Empréstimos e financiamentos	US\$	(1.051.114)	5,4500	(46.440)
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	US\$	(223.229)	5,4500	(9.863)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(39.177)

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

Instrumento	Controladora			
	Fator de risco	Exposição	Cenário provável	
			%	Valor
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	18.943	10,50%	1.989
Resultado financeiro líquido (estimado)				1.989

Instrumento	Consolidado			
	Fator de risco	Exposição	Cenário provável	
			%	Valor
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	544.278	10,50%	57.149
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	238.451	10,50%	25.037
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(6.675.854)	10,50%	(700.965)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(4.398)	10,50%	(462)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(619.241)

d. Instrumentos financeiros e Hedge accounting

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Como objeto de *hedge* foram consideradas as vendas esperadas altamente prováveis (vendas futuras), e como instrumento os pagamentos esperados das dívidas em moeda estrangeira (indexadas ao dólar americano).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que as designações para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 31.2.

Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de março de 2026 e 2025, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Atvos Bioenergia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2026*

Consolidado				
2026				
	Valor/Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem (i)	-	-	-	51.953
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa NY				
- Compromissos de venda	8.230	16,15	15.853	92
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa B3				
- Compromissos de compra	1.050	2.565,00	2.693	48
- Compromissos de venda	1.200	2.671,25	3.206	5
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa Chicago				
- Compromissos de venda	3.180	2.234,98	7.107	63
Sub-total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante - Ganho				208
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				52.161

No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
- Compromissos de venda	14.631	16,58	29.842	176
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa				
- Compromissos de venda	27.090	2.611,23	70.738	1.449
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa Chicago				
- Compromissos de venda	46.424	2.237,54	103.876	11.814
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap) - Dólar - Balcão				
- Compromissos de compra	3.355	5,5954	18.773	1.189
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				14.628

Consolidado				
2025				
	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (nacional) R\$	Valor justo (Fair value) R\$
No ativo circulante – Ganho				
Depósito de margem (i)	-	-	-	35.684
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 – Bolsa				
- Compromissos de venda	72.190	20,30	188.952	13.265
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap) - Dólar - Balcão				
- Compromissos de venda	33.872	6,0283	204.191	6.135
Sub-total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante - Ganho				19.400
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				55.084
No passivo circulante – Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Soja - Bolsa				
- Compromissos de compra	49.669	146,74	7.288	308
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap) - Dólar - Balcão				
- Compromissos de compra	1.196	6,1809	7.392	304
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				612
No passivo não circulante – Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Soja - Bolsa				
- Compromissos de compra	680	153,87	105	3
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				3

- (i) O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais, é como segue:

	Consolidado					
	2026			2025		
	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros:						
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	208	13.439	(13.231)	13.265	311	12.954
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	-	1.189	(1.189)	6.135	304	5.831
	208	14.628	(14.420)	19.400	615	18.785
Tributos diferidos sobre os itens acima	(71)	-	(71)	(6.596)	-	(6.596)
	137	14.628	(14.491)	12.804	615	12.189

Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	2026				
	Safra 26/27	Safra 27/28	Safra 28/29	Safras futuras	Total
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	(13.231)	-	-	-	(13.231)
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	(1.189)	-	-	-	(1.189)
	(14.420)	-	-	-	(14.420)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(71)	-	-	-	(71)
	(14.491)	-	-	-	(14.491)

	Consolidado				
	2025				
	Safra 25/26	Safra 26/27	Safra 27/28	Safras futuras	Total
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	12.957	(3)	-	-	12.954
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	5.831	-	-	-	5.831
	18.788	(3)	-	-	18.785
Tributos diferidos sobre os itens acima	(6.596)	-	-	-	(6.596)
	12.192	(3)	-	-	12.189

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo no início do exercício	12.189	(2.640)
Movimentações ocorridas no exercício:		
Designação como <i>hedge accounting</i>		
- Valor justo de futuros de <i>commodities</i>	(26.186)	15.586
- Valor justo de futuros de câmbio	(7.019)	5.831
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(33.205)	21.417
Efeito dos tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial (i)	6.525	(6.588)
Saldo no final do exercício	(14.491)	12.189

- (i) A Companhia e as controladas não reconhecem impostos diferidos ativos sobre o *hedge accounting* por não terem histórico de lucros tributáveis futuros.

31.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	27	25	197.619	46.347
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	18.943	16.265	544.278	594.647
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	-	-	51.953	35.684
Aplicações financeiras	-	-	238.451	297.036
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	208	19.400
Contas a receber de clientes	-	-	406.428	593.942
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	689	689	447.407	38.966
	19.659	16.979	1.886.344	1.626.022

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

31.3 Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora					
	Fluxo contratual				
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2026					
Fornecedores	1.751	1.751	105	1.646	-
Partes relacionadas	267.126	267.126	196	-	266.930
Outros débitos	227	227	227	-	-
	269.104	269.104	528	1.646	266.930
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	1.515	1.515	20	1.495	-
Partes relacionadas	266.930	266.930	-	-	266.930
Outros débitos	226	226	226	-	-
	268.671	268.671	246	1.495	266.930
Consolidado					
	Fluxo contratual				
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2026					
Fornecedores	709.932	705.932	707.566	2.266	-
Empréstimos e financiamentos	6.124.189	7.852.193	7.333	472.388	7.372.472
Passivos de arrendamento	2.911.996	4.945.505	887.914	1.477.578	2.580.013
Instrumentos financeiros derivativos	14.628	14.628	14.628	-	-
Adiantamentos de clientes	54.445	54.445	54.445	-	-
Outros débitos	6.458	6.458	1.013	5.445	-
	9.821.548	13.583.061	1.672.899	1.957.677	9.952.485
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	580.714	580.714	578.376	2.338	-
Empréstimos e financiamentos	5.115.286	6.946.552	13.186	268.643	6.664.723
Passivos de arrendamento	3.195.121	4.984.632	813.613	1.456.165	2.714.854
Instrumentos financeiros derivativos	615	615	612	3	-
Adiantamentos de clientes	65.546	65.546	65.546	-	-
Outros débitos	6.546	6.546	1.101	5.445	-
	8.963.828	12.584.605	1.472.434	1.732.594	9.379.577

31.4 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento.

O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado.

31.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

a. Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora	
	Classificação	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	27	25
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Custo amortizado	18.943	16.265
Depósitos judiciais	Custo amortizado	64	61
Partes relacionadas	Custo amortizado	523	271
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	689	689
Total dos ativos		20.246	17.311
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	1.751	1.515
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	267.126	266.930
Outros débitos	Outros passivos financeiros	227	226
Total dos passivos		269.104	268.671
		Consolidado	
	Classificação	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	197.619	46.347
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	544.278	594.647
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	Valor justo por meio do resultado	51.953	35.684
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	238.451	297.036
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumentos de <i>hedge</i>	208	19.400
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	406.428	593.942
Depósitos judiciais	Custo amortizado	29.445	29.298
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	447.407	38.966
Total dos ativos		1.915.792	1.655.320
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	709.832	580.714
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	6.124.189	5.115.286
Passivos de arrendamento	Outros passivos financeiros	2.911.996	3.195.121
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumentos de <i>hedge</i>	14.628	615
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	54.445	65.546
Outros débitos	Outros passivos financeiros	6.458	6.546
Total dos passivos		9.821.548	8.963.828

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

b. Valor justo

A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora						
2026			2025			
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	-	18.943	-	16.265	-	
	-	18.943	-	16.265	-	
Consolidado						
2026			2025			
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	-	544.278	-	594.647	-	
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	-	51.953	-	35.684	-	
Aplicações financeiras	-	238.451	-	297.036	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	208	-	19.400	-	
	-	834.890	-	946.767	-	
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (i)	-	5.840.724	-	4.434.458	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.628	-	615	-	
	-	5.855.352	-	4.435.073	-	

- (i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir:

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* e NDF. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

32 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Adição total de imobilizado	13	-	-	2.224.291	1.920.154
Adição de planta portadora em formação	13	-	-	(970.405)	(773.354)
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa		-	-	(74.441)	-
		-	-	1.179.445	1.146.800
Adição de planta portadora em formação	13	-	-	970.405	773.354
Planta portadora em formação sem efeito caixa		-	-	(8.803)	-
		-	-	961.602	773.354
Varição em Fornecedores		236	(52)	129.118	15.043
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa		-	-	(74.441)	-
Planta portadora em formação sem efeito caixa		-	-	(8.803)	-
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		-	-	(8.220)	-
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		-	-	(4.885)	-
		236	(52)	32.769	15.043
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	15 (b)	-	-	(458.218)	(407.031)
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		-	-	8.220	-
		-	-	(449.998)	(407.031)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	15 (b)	-	-	(375.510)	(346.509)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		-	-	4.885	-
		-	-	(370.625)	(346.509)
		*	*	*	*

Bruno Pessoa Serapião
CEO

Julio Enrique Varela Gubitosi
CFO

Amanda Moyses Miranda
CRC/SP nº 342 440/O-3
Contadora